# política



Repórter Brasília
**Edgar Lisboa**
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Perondi reage a pacote de Lula



APOLOS NETO/DIVULGAÇÃO/JC

Deputado federal eleito, o gaúcho Marciano Perondi (PL, foto) critica o adiamento pelo governo federal dos repasses da Lei Kandir, bem como a mudança no cálculo do piso da saúde e o aumento da pressão tributária sobre as empresas. Advogado tributarista e empresário, o novo parlamentar federal criticou o pacote de ajuste fiscal do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e afirmou que vai articular uma reação no Congresso Nacional contra as medidas do governo.

### Adiamento de recursos

O Projeto de Lei Complementar 299/2026 prevê adiar cerca de R$ 1,2 bilhão em repasses ao Rio Grande do Sul e aos municípios gaúchos, além de ampliar o corte de benefícios tributários e excluir receitas extraordinárias do petróleo do cálculo do piso federal da saúde. “O governo Lula quer fechar as contas da União jogando a conta no colo dos estados, das prefeituras, das empresas e das famílias. Para o Rio Grande do Sul, são R$ 1,2 bilhão a menos no caixa até 2030. É dinheiro que o Estado e os municípios já contavam receber e que fará falta no atendimento à população”, afirmou Perondi.

### Repasses compensam perdas

Os repasses compensam as perdas de arrecadação decorrentes da desoneração do ICMS sobre as exportações pela Lei Kandir. Pelo projeto, o valor anual destinado ao Rio Grande do Sul cairia de cerca de R$ 400 milhões para R$ 100 milhões entre 2027 e 2030. Do total destinado ao Rio Grande do Sul, 75% cabem ao Estado e 25% são divididos entre os 497 municípios gaúchos. Os valores adiados seriam redistribuídos entre 2031 e 2037.

### Financiamento da saúde em debate

O deputado federal Marciano Perondi também criticou a proposta de manter, até 2030, receitas extraordinárias do petróleo fora da base de cálculo do piso federal da saúde. A medida reduz o valor mínimo que a União teria de aplicar no setor caso essas receitas fossem incluídas. “Quando o governo exclui receitas do cálculo do piso da saúde, diminui a obrigação de investir no Sistema Único de Saúde (SUS). Para quem espera por uma consulta, um exame ou uma cirurgia, essa mudança tem consequência concreta. O Congresso Nacional precisa defender o financiamento da saúde”, disse o parlamentar.

### Pressão sobre empresas e empregos

Já na frente tributária, o novo projeto do governo dobra de 10% para 20% o corte linear de benefícios fiscais abrangidos pela medida. Perondi retomou o alerta que já havia feito sobre a pressão de custos ainda durante a transição da reforma tributária, e diante da proposta de mudança na jornada de trabalho.

### Previsibilidade

Na avaliação do deputado eleito, o aumento da carga tributária para as empresas atingidas pode comprometer o caixa, reduzir a capacidade de investir e contratar e pressionar os preços pagos pelas famílias. “Quem produz precisa de previsibilidade para investir, contratar e competir. Se o governo aumenta o custo de produzir, essa pressão chega ao emprego e ao preço que as famílias pagam. Vou procurar a bancada gaúcha e lideranças de outros estados para barrar essas medidas. Haverá uma reação forte no Congresso em defesa dos municípios, do Sistema Único de Saúde (SUS) e de quem trabalha e produz no Brasil”, afirmou Marciano Perondi.

# Paim conclui 40 anos de

Entrevista Especial

**Bolívar Cavalar**
bolivarc@jcrs.com.br

Único congressista brasileiro que atua no Parlamento federal de forma ininterrupta desde a Assembleia Nacional Constituinte de 1987, o senador gaúcho Paulo Paim (PT) está se despedindo da política institucional e não concorreu à reeleição no pleito deste ano. Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Paim aborda os seus 40 anos no Congresso Nacional, seja na Câmara dos Deputados ou no Senado, e destaca as propostas e os projetos que ele ajudou a avançar no Legislativo.

O senador avalia que sua principal bandeira nessas quatro décadas foi a redução da jornada de trabalho, passando da escala 6x1, e 44 horas semanais, para a escala 5x2, com 40 horas semanais. Coincidentemente, a matéria foi aprovada em seu último ano no Congresso, mas Paim é defensor da pauta desde antes da Constituinte.

Ele também fala nesta entrevista sobre os seus projetos voltados à população negra, como o reconhecimento dos Lanceiros Negros como heróis nacionais, a instituição do Dia da Consciência Negra como feriado nacional e a criação de cotas raciais em universidades e no serviço público.

**Jornal do Comércio - Depois de quatro décadas no Congresso, quais seus planos para os próximos anos? Está preparado para deixar a política institucional?**

**Paulo Paim** - Se eu me preparei para esse momento? Sim, porque há oito anos eu avisei: não serei mais candidato. Aí, quando chegou perto da campanha, começou uma onda, os apelos do ‘fica Paim’. E eu disse, olha, eu quero passar o bastão. Aí eu sentei, conversei, e mantive a posição. E eu tenho em Canoas um escritório que foi feito andar por andar, tijolinho por tijolinho. São três andares, mais um auditório em cima. O meu prédio também inundou (nas enchentes de 2024), mas só no primeiro andar. Tirou a água, e a vida que segue. E ali, o que eu dedico? Atender sem teto, sem terra, imigrantes, refugiados, mães solo, dou curso para a gurizada. Então aquilo foi ficando, foi ficando e eu fui gostando daquilo ali. É uma estrutura que não depende de dinheiro de ninguém, é tudo na base do voluntário, e eu vou ficar ali.

**JC - Em 14 de novembro, relembramos o Massacre dos Porongos, momento trágico da história gaúcha, e o senhor é autor da lei que reconheceu os Lanceiros Negros como heróis nacionais. Como vê a importância de manter este episódio na memória?**

**Paim** - Tenho orgulho de dizer que sou o autor da lei dos Lanceiros Negros como heróis nacionais. E foi uma guerra (aprovar a lei). Uma guerra, porque aí entra a questão do Duque de Caxias. Quem mandou matar (os lanceiros)? Até hoje tem uma carta lá dentro do Congresso, e diz o seguinte. “Consagrada a paz, matem os negros e poupem os índios.” Então naquela noite tiraram todo o armamento deles e disseram: ‘olha, estamos em paz, agora vocês vão ter que entregar o armamento negro’. Entregaram todas as armas que tinham - faca, facão, rifle, espingardas daquele tempo. Aí vieram de noite e mataram a ampla maioria dos lanceiros negros, então, ficou o Massacre dos Porongos. O Exército não admite, nunca quis admitir que essa foi a ordem dada, e na hora de transformar os lanceiros negros em heróis da pátria eu me reuni com o pessoal do Exército, e disse: “reconheçam que é muito melhor, e não precisa dizer que foi o Duque de Caxias. Eu não vou sair daqui gritando que foi o Duque de Caxias. Isso aí veio de uma ordem, e o exército cumpriu. Ponto. Vamos ficar por aí. Deve ser possível o acordo”. Daí acordamos e saiu assim.

**JC - Desde 2023 celebramos o feriado do Dia da Consciência Negra em 20 de novembro. Como avalia esta data e os seus outros projetos voltados à população negra?**

**Paim** - Primeiro a construção para ter esse dia. Até teve uma sessão de homenagem na Câmara, uma homenagem de 20 de novembro pra mim e para a Benedita (da Silva), porque nós somos constituintes, e do que há de lei em matéria de povo negro, eu fui autor ou fui relator. Digo desse período que eu tô lá, mas muita coisa não veio antes porque eles não deixavam botar leis que viessem atender a demanda do povo negro. Por exemplo, Abdias (do Nascimento) deixou grandes propostas lá, mas não deixavam aprovar porque era só ele sozinho. No meu tempo já tinha eu, tinha a Benedita, tinha uma bancada negra na Constituinte, composta de quatro (parlamentares). E nesse período todo nós construímos inúmeras leis. Avançamos muito. Foi com essa bancada da época que a gente criou o Ministério da Igualdade Racial. É um avanço. Criamos a Fundação Palmares, que é um avanço. Daí as leis: cota nas universidades, eu fui autor, ou fui relator; cota nos serviços públicos, ou fui autor, ou fui relator. E isso mudou a cara das universidades e mudou também os serviços públicos. Eu, por exemplo, e foi emocionante pra mim, eu estava sentadinho lá, no lugar de senador, e não tinha nem um negro ou negra que desse a assessoria no Plenário, todos brancos. E quando eu vejo vem aquele um jovem e uma jovem, que dizem: ‘Podemos lhe dar um abraço?’. Eu disse: claro. Eu não sabia o porquê, mas acho que é pelo meu trabalho, sei lá. Aí dei o abraço. (Eles disseram): ‘Queria lhe dizer que crescemos ouvindo as suas falas e nossos pais diziam, sigam esse homem, e nós seguimos. Entramos na universidade pelas cotas que o senhor aprovou e fizemos testes no serviço público, e passamos pelas cotas, e estamos aqui dentro’. Momentos como esse são lindos. Então, essas leis todas que eu fui produzindo, não sozinho, claro, com a parceria, com consultores brancos e negros que ajudaram muito, é que me dão, assim, digamos, uma visão do dever cumprido. Fiz, se não me engano, 168 leis.

**JC - Além dos projetos específicos para a população negra, que outras bandeiras suas destaca?**



“Essas leis todas que fui produzindo me dão uma visão do dever cumprido; se não me engano, 168 leis”